



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA
Estado de São Paulo

Ofício n.º 852/2016

Garça, 24 de novembro de 2016.

Ref.: Encaminha Projeto de Lei Municipal n.º 061/2016

Senhor Presidente,

Encaminhamos para apreciação e deliberação dessa Casa, o incluso Projeto de Lei n.º 061/2016, através do qual estamos solicitando autorização legislativa para a outorga de concessão de uso, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, do imóvel a ser desmembrado da Matrícula n.º 23.318 do CRI local, à Associação Assistencial Vida Nova, inscrita no CNPJ n.º 08.560.463/0001-10, para o desenvolvimento de atividades assistenciais, educacionais e outras de cunho filantrópico, inclusive para eventuais edificações no respectivo imóvel para tal finalidade.

Desta forma, solicitamos atenção especial dos nobres Vereadores para aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, bem como que a sua tramitação se dê em **regime de urgência**, nos termos do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente.


JOSE ALCIDES FANECO
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS
Presidente da Câmara Municipal de Garça
NESTA

Câmara Municipal de Garça

www.cmgarca.sp.gov.br



Protocolo N.º 48218
28/11/2016 11:11:29

Cássia M. D. Bariani



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 061/2016

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA À ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA

A Câmara Municipal aprova a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, conforme previsão contida na Lei Orgânica do Município, a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel abaixo descrito e caracterizado, a ser desmembrado da Matrícula nº 23.318 do CRI local, à Associação Assistencial Vida Nova, inscrita no CNPJ nº 08.560.463/0001-10, para o desenvolvimento de atividades assistenciais, educacionais e outras de cunho filantrópico, inclusive para eventuais edificações no respectivo imóvel para tal finalidade.

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

Matrícula nº 23.318 do CRI local

Área a desmembrar de 2.586,32 m²

Localização: Conjunto Habitacional Jardim Morada do Sol

ROTEIRO

“Começa em um ponto localizado no alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, distante de 9,12 metros do cruzamento dos alinhamentos da Rua Ludovico Álvaro Ferrari com a Rua Joel Renério Minho; daí, segue pelo alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, no sentido retorno, na distância de 43,26 metros; daí, deflete à direita e segue pelo referido alinhamento, no sentido retorno, em curva com raio de 9,00 metros na distância de 14,07 metros atingindo o alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdemian; daí; segue pelo alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdemian na distância de 41,96 metros; daí, deflete à direita e segue na distância de 49,87 metros confrontando com a área remanescente da matrícula 23.318; daí; deflete à direita e segue na distância de 51,34 metros confrontando com a área remanescente da matrícula 23.318, atingindo o alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, ponto onde teve início, perfazendo uma área territorial de 2.586,32 metros.”

Art. 2º A concessão de uso do imóvel será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e a título gratuito, nos termos dos artigos 178 e 179 da Lei Orgânica do Município, dispensada a licitação em face do interesse público existente.

Art. 3º A Concessionária não poderá ceder ou gravar com ônus de qualquer espécie o imóvel objeto e que trata esta Lei.

Art. 4º Deverá constar do contrato de concessão de uso do imóvel as seguintes obrigações à Concessionária:

- I. Iniciar a utilização da área e/ou construção do imóvel, com a finalidade no artigo 1º desta Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei;
- II. Utilizar o imóvel somente para a realização de atividades descrita no artigo 1º desta Lei;
- III. Arcar com todas as despesas necessárias à construção do prédio, bem como sua manutenção;
- IV. Responder por atos dolosos ou culposos, praticados contra o Concedente, usuários ou terceiros, arcando com a integral reparação de eventuais danos que venham ocorrer durante a vigência da concessão de direito real de uso do imóvel.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

Estado de São Paulo

Art. 5º Em caso de rescisão da concessão, encerramento das atividades da Concessionária, ou mudança de sua finalidade, o imóvel, com todas as benfeitorias nele incorporadas, reverterão para o patrimônio do Município.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça, 24 de novembro de 2016.


JOSE ALCIDES FANECO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 061/2016

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA À ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA

A Câmara Municipal aprova a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, conforme previsão contida na Lei Orgânica do Município, a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel abaixo descrito e caracterizado, a ser desmembrado da Matrícula nº 23.318 do CRI local, à Associação Assistencial Vida Nova, inscrita no CNPJ nº 08.560.463/0001-10, para o desenvolvimento de atividades assistenciais, educacionais e outras de cunho filantrópico, inclusive para eventuais edificações no respectivo imóvel para tal finalidade.

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

Matrícula nº 23.318 do CRI local

Área a desmembrar de 2.586,32 m²

Localização: Conjunto Habitacional Jardim Morada do Sol

ROTEIRO

“Começa em um ponto localizado no alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, distante de 9,12 metros do cruzamento dos alinhamentos da Rua Ludovico Álvaro Ferrari com a Rua Joel Renério Minho; daí, segue pelo alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, no sentido retorno, na distância de 43,26 metros, daí, deflete à direita e segue pelo referido alinhamento, no sentido retorno, em curva com raio de 9,00 metros na distância de 14,07 metros atingindo o alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdemian; daí, segue pelo alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdemian na distância de 41,96 metros; daí, deflete à direita e segue na distância de 49,87 metros confrontando com a área remanescente da matrícula 23.318; daí, deflete à direita e segue na distância de 51,34 metros confrontando com a área remanescente da matrícula 23.318, atingindo o alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, ponto onde teve início, perfazendo uma área territorial de 2.586,32 metros.”

Art. 2º A concessão de uso do imóvel será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e a título gratuito, nos termos dos artigos 178 e 179 da Lei Orgânica do Município, dispensada a licitação em face do interesse público existente.

Art. 3º A Concessionária não poderá ceder ou gravar com ônus de qualquer espécie o imóvel objeto e que trata esta Lei.

Art. 4º Deverá constar do contrato de concessão de uso do imóvel as seguintes obrigações à Concessionária:

- I. Iniciar a utilização da área e/ou construção do imóvel, com a finalidade no artigo 1º desta Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei;
- II. Utilizar o imóvel somente para a realização de atividades descrita no artigo 1º desta Lei;
- III. Arcar com todas as despesas necessárias à construção do prédio, bem como sua manutenção;
- IV. Responder por atos dolosos ou culposos, praticados contra o Concedente, usuários ou terceiros, arcando com a integral reparação de eventuais danos que venham ocorrer durante a vigência da concessão de direito real de uso do imóvel.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

Estado de São Paulo

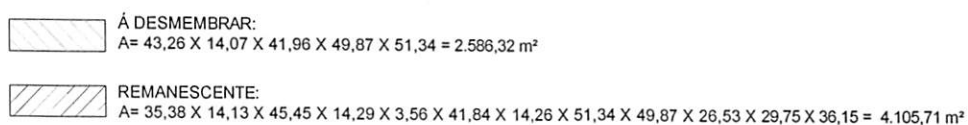
Art. 5º Em caso de rescisão da concessão, encerramento das atividades da Concessionária, ou mudança de sua finalidade, o imóvel, com todas as benfeitorias nele incorporadas, reverterão para o patrimônio do Município.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça, 24 de novembro de 2016.



JOSE ALCIDES FANECO
PREFEITO MUNICIPAL



CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM MORADA DO SOL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

DESOBRO DE ÁREA URBANA –

ÁREA A DESMEMBRAR

$$A = (43,26 \times 14,07 \times 41,96 \times 49,87 \times 51,34)m = 2.586,32m^2$$

BAIRRO: Conjunto Habitacional Jardim Morada Do Sol

ROTEIRO

Começa em um ponto localizado no alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, distante de 9,12 m. do cruzamento dos alinhamentos da Rua Ludovico Álvaro Ferrari com a Rua Joel Renério Minho.

Dai, segue pelo alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, no sentido retorno, na distancia de 43,26 m;

Dai deflete à direita e segue pelo referido alinhamento, no sentido retorno, em curva com raio de 9,00m, na distancia de 14,07m, atingindo o alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdemian;

Dai, segue pelo alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdemian. Na distancia de 41,96m;

Dai, deflete à direita e segue na distancia de 49,87m, confrontando com a área remanescente da matricula 23.318;

Dai, deflete à direita e segue na distancia de 51,34, confrontando com a área remanescente da matricula 23.318, atingindo o alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, ponto onde teve inicio, perfazendo uma área territorial de 2.586,32m.

Garça, 23 de Novembro de 2016.

Paulo Ricardo Giroto
Engenheiro Civil – CREA: 5069743660



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

DESDOBRO DE ÁREA URBANA

ÁREA REMANESCENTE

$A = (35,38 \times 14,13 \times 45,45 \times 14,29 \times 3,56 \times 41,84 \times 14,26 \times 51,34 \times 49,87 \times 26,53 \times 29,75 \times 36,15) \text{ m}$
 $A = 4.105,71 \text{ m}^2$.

BAIRRO: Conjunto Habitacional Jardim Morada Do Sol

ROTEIRO

Começa em um ponto localizado no alinhamento direito da Rua Washington Guanaes, distante de 29,75 metros do cruzamento dos alinhamentos da Rua Garabed Chekerdeman com a Rua Washington Guanaes;

Dai, segue pelo alinhamento direito da Rua Washington Guanaes, na distancia de 35,38 metros;

Dai, deflete á direita e segue pelo referido alinhamento, em curva com raio de 9,00 metros, na distancia de 14,13 metros, atingindo o alinhamento esquerdo da Rua Joel Renério Minho;

Dai segue pelo alinhamento esquerdo da Rua Joel Renério Minho, no sentido retorno, na distância de 45,45 metros;

Dai, deflete á direita e segue pelo referido alinhamento, no sentido retorno, em curva com raio de 9,00 metros, na distancia de 14,29 metros;

Dai, segue pelo referido alinhamento, no sentido retorno, na distancia de 3,56 metros;

Dai, reflete á esquerda e segue pelo referido alinhamento, no sentido retorno, na distancia de 41,84 metros;

Dai, deflete á direita e segue pelo referido alinhamento, no sentido retorno, em curva com raio de 9,00 metros, na distancia de 14,26 metros, atingindo o alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari;

Dai, deflete à direita e segue na distancia de 51,34m, confrontando com a área a desmembrar;

Dai, deflete à direita e segue na distancia de 49,87m, confrontando com a área a desmembrar, atingindo o alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdeman;

Dai, deflete à direita e segue pelo alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdeman, na distancia de 26,53m;

Dai deflete à direita e segue na distancia de 29,75m, confrontando com a área da matricula numero 22.896.

Dai, deflete à esquerda e segue na distancia de 36,15m, confrontando com a área da matricula numero 22.896, atingindo o alinhamento direito da Rua Washington Guanaes, ponto onde teve inicio, perfazendo uma área territorial de 4.105,71m².

Garça, 23 de Novembro de 2016.

Paulo Ricardo Giroto
Engenheiro Civil – CREA: 5069743660



ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA

Rua Maria Izabel, 48 - Garça - São Paulo - CEP 17400-000 - CNPJ Nº 08.560.463 - 0001 - 10

Reconhecida de Utilidade Pública Lei nº 4.479 - Fone 14 - 34711434

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL



ATA DA REUNIÃO DA "ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA" PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO COMUNITÁRIO, E REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA A.A.V.N -ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

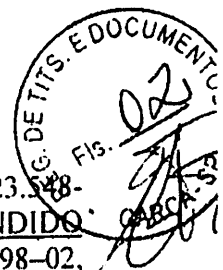
Aos dezoito (18) dias do mês de novembro (11) de dois mil e catorze (2014), à Rua Maria Izabel, 48 na cidade de Garça, Estado de São Paulo, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os associados cujas assinaturas seguem anexas, que foram convocados para tratar da eleição da nova Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário da Associação Assistencial Vida Nova e alteração do Estatuto. Iniciou-se a Assembleia Geral Extraordinária às 19 horas e 45 minutos, presidida pelo Presidente Nivaldo Pereira de Macedo, que falou aos presentes a respeito da eleição da nova Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, bem como, da alteração do Estatuto atual, conforme artigos 23 e 25. Após a leitura e explicação item a item do Estatuto, houve aprovação unânime dos presentes, cujo Estatuto segue anexo, o qual faz parte integrante desta Ata. Passou-se para a eleição dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, para o mandato de 19/11/2014 a 19/11/2018, que foram eleitos por unanimidade, ficando assim constituídos: **DIRETORIA EXECUTIVA: PRESIDENTE: ELAINE XAVIER DE MACEDO**, Rua Antenor Lara Campos, nº926-Garça/SP, Brasileira, RG.18.914.254-SP, CPF.074.828.528-44, casada, Funcionário Público; **VICE-PRESIDENTE: NIVALDO PEREIRA DE MACEDO**, RG.9.931.157, CPF.798.322.458-34, brasileiro, casado, Químico, residente na Rua Antenor Lara Campos, nº926, Garça/SP; **1º TESOUREIRO: JOSÉ MORGADO DE MORAIS**, RG.13.326.131, CPF.266.423.018-20, Português, casado, aposentado, residente na Rua Manoel Francisco Barbeiro, 156, Garça/SP; **2º TESOUREIRO: CARLOS APARECIDO CEGA SANTANA**, Rua João Martins Parreira, nº192, RG.9.398.321, CPF.279.413.628-30, brasileiro, casado, Empresário; **3º TESOUREIRO: LUIZA ESTELA PIRES XAVIER**, RG.5.218.530, CPF.127.324.428-10, brasileira, viúva, Aposentada, Residente na Rua José Rosário, nº 553, Garça/SP; **1º SECRETÁRIO: MARGARIDA DE MOURA OLIVEIRA**, RG.25.331.570-0, CPF.152.969.578-30, brasileira, casada, do Lar, Residente: Rua Antonio Manchine, nº20, Garça-SP; **2º SECRETÁRIO: RAFAEL RODRIGO SILVA DE OLIVEIRA**, Residente R. Antonio Manchine, nº20, Garça, RG.44.945.429-0, CPF.379.445.818-42, brasileiro, solteiro, Universitário; **3º SECRETÁRIO: JULIANO MADUREIRA BAIA**, Rua Armando Salles de Oliveira, nº1107, RG.40.345.661-7, CPF.226.743.018-56, brasileiro, casado, Encarregado de Açougueiro; **CONSELHO FISCAL: 1º CONSELHO FISCAL: LILÍCIA XAVIER DE MACEDO SEVERINO**, Rua América, nº342, RG.34.979.504-6, CPF.357.913.448-56, casada, brasileira, Servidor Público; **2º CONSELHO FISCAL:**

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE GARÇA - EST. SÃO PAULO

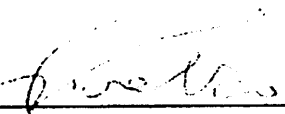
2845

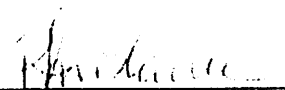
Microfilme nº

Ana Maria Manceira da
Silva Barbosa Lima
CAB/SP- 137.536



RENAN LEVINO XAVIER, Rua José Rosário, nº553, RG.44.739.573-7, CPF.450.323.348-64, brasileiro, solteiro, Universitário; 3º **CONSELHO FISCAL: OSVALDO CÂNDIDO SEVERINO JÚNIOR**, Rua América, nº357, RG. nº 11.761.961 CPF nº 349.108.398-02, casado, brasileiro, Autônomo; **CONSELHO COMUNITÁRIO: DANILO XAVIER DE MACEDO**, Rua Antenor Lara Campos, nº 926, RG nº 40.172.292-2, CPF nº 430.140.908-40, solteiro, Promotor da Vivo **CONSELHO COMUNITÁRIO: ANA PAULA LOPES DA SILVA**, Rua José Francisco Moreira, RG.34170849-5, CPF.295.986.028-42, brasileira, casada, Promotora. Nada mais havendo a tratar, foram declarados eleitos e empossados os membros dos cargos acima citados, iniciando-se o mandato em 19 de novembro de 2014. A seguir, o Presidente, Sr. Nivaldo Pereira de Macedo, encerrou a reunião, da qual, eu, Rosângela Aparecida Martin Xavier, secretária, lavrei a presente ATA, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes. Garça, 18 de novembro de 2014.

Presidente 
Nivaldo Pereira de Macedo
CPF 798.322.458-34
RG 9.931.157

Secretária 
Rosângela Ap. Martin Xavier
RG Nº 19.991.304 – 3 SSP/SP
CPF Nº 128.984.548-42

Ana Maria Manceira da
Silva Barbosa Lima
OAB/SP - 137.536




TABELIONATO DE NOTAS E 2º PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE GARÇA - SP
Carolina Helena Sartori Guitard - Tabela
Rua Minas Gerais, 185 - Centro - Garça - SP - CEP 17.400-000 - Fone/Fax: (14) 3471-0309

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de:
NIVALDO PEREIRA DE MACEDO
documento SEM VALOR ECONOMICO em 18 de Novembro de 2014
Garça, 17 de Dezembro de 2014

JULIA FOGAÇA GONCALVES - ESCRIVENTE
OAB/SP 137.536

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE GARÇA - EST. SÃO PAULO
Microfilme nº 2845

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE GARÇA - EST. SÃO PAULO
Microfilme nº 2845
Alteração ref. Reg. nº 549


Julia Fogaça Gonçalves
Escrivente



ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA

Rua Maria Izabel, 48 – Garça – São Paulo – CEP 17400-000

CNPJ Nº 08.560.463 – 0001 - 10 Reconhecida de Utilidade Pública Lei nº 4.479 - Fone 14 – 34711434

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO

Artigo 1 - ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA - AAVN, CNPJ Nº 08.560.463/0001-10, doravante neste Estatuto AAVN, fundada em 12 de fevereiro de 2006, e constituída pelo Registro Civil de Pessoa Jurídica Registro sob o nº 549, da Comarca de Garça (SP), com sede na Rua Maria Izabel, 48 (Cep 17400-000), e foro nesta cidade e de caráter educacional, cultural, assistencial, com prazo de duração indeterminado, regendo-se pelo presente Estatuto Social, Regimento Interno que adotar e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Único - Fica mantida a denominação de "Associação Assistencial Vida Nova" permitida, a participação masculina quanto feminina na Diretoria Executiva, Conselho Comunitário e Conselho Fiscal.

Artigo 2 - A ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA tem sede e foro na cidade de Garça Estado de São Paulo, podendo manter filiais no Brasil e no exterior.

Artigo 3 - O prazo de duração da ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA é indeterminado.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS

Artigo 4 - É objetivo da ASSOCIAÇÃO:

- prestar assistência a crianças e adolescentes, criando-lhes favoráveis condições que na medida necessária lhes garantam um desenvolvimento integral de 00 (zero) a 17 (dezesete) anos e excepcionalmente até aos 21 (vinte um) anos;
- Pleitear junto aos poderes públicos, bem como particulares (pessoas físicas e jurídicas), toda e qualquer medida ou benefício em prol da criança e adolescente, podendo firmar convênios e parcerias;
- Assegurar as crianças e adolescentes pleno desenvolvimento educacional, tendo no trabalho, professores habilitados para o acompanhamento, reforço e recuperação escolar;
- Assegurar as crianças e adolescentes oportunidades de orientação e qualificação para o trabalho, possibilitando o treinamento em cursos profissionalizantes, desenvolvidos na própria comunidade;
- Possibilitar aos senhores professores e monitores da instituição a atualização e aprimoramento de conhecimentos e práticas relativas ao "por que se ensina" e como proceder para avaliar".

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE GARÇA, EST. SÃO PAULO
2845
Microfilme nº

Ana Maria Manceira da
Silva Barbosa Lima
OAB/SP 137 536

Parágrafo 1° - A Associação presta serviços gratuitos, permanente e sem qualquer discriminação de pessoas associadas, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Parágrafo 2° - No desenvolvimento de suas atividades, a AAVN, promove o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, prestando serviços permanentes e gratuitos.

Parágrafo 3° - A fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizara em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno.

Parágrafo 4° - Podera também a AAVN criar unidades e prestação de serviços para execução de atividades visando a sua auto-sustentação, utilizando todos os meios licitos, aplicando seu resultado operacional integralmente no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Artigo 5 - O Patrimônio Social compreendera bens móveis e imóveis adquiridos por qualquer titulo, donativos e subvenções, mensalidades de seus associados, legado e quaisquer outros valores que forem destinados a Associação.

Parágrafo 1° - A Associação aplica suas receitas, rendas, recursos e eventual resultado operacional, integralmente no territorio nacional, na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos institucionais.

Parágrafo 2° - A associação aplica as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

Parágrafo 3° - Os recursos advindos dos poderes publicos deverão ser aplicados dentro do Município de sua sede, ou, no caso, de haver unidades prestadoras de serviços a ela vinculadas, no âmbito do Estado concessor.

Parágrafo 4° - A Associação não distribuirá resultados, dividendos, bonificações participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

CAPITULOS III **ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS**

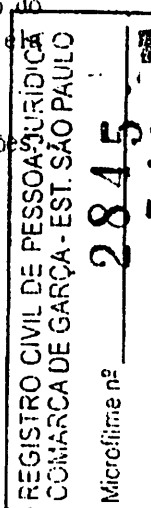
Artigo 6° - A Administração da AAVN compreende os seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal
- d) Conselho Comunitario.

Parágrafo 1° - Não percebem seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou beneficios, direra ou indiretamente, por qualquer forma ou titulo, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuidas pelos respectivos atos constitutivos.

Parágrafo 2° - A Associação não se constitui em patrimônio exclusivo de um grupo determinado de individuos, famílias, entidades de classe ou de associação sem carater beneficente de assistência social.

Ana Maria Mançeira da
Silva Barbosa Lima
OAB/SP- 187.536





CAPÍTULO IV **ASSEMBLEIA GERAL**

Artigo 7° - A Assembleia Geral é órgão com competência para decidir os assuntos previstos nas disposições estatutárias e legais e é constituída de todos os associados com direito a voto.

Artigo 8° - A Assembleia reunir-se-á:

- a) Na primeira quinzena do mês de Novembro, de quatro (4) em quatro (4) anos, a fim de eleger e empossar os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, sendo a posse dos mesmos dada automaticamente com a eleição.
- b) A qualquer tempo, por convocação da Diretoria Executiva, tendo por finalidade a discussão e a votação de assuntos expressamente declarados na convocação, ou de outros surgidos e de interesse da AAVN.

Parágrafo 1° - A convocação será efetuada por edital, afixado na sede da AAVN e publicado uma vez pela imprensa local, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo 2° - A Assembleia Geral funcionará, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados e, em segunda convocação, após trinta minutos, com a presença mínima de 07 (sete) associados quites.

Parágrafo 3° - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente da Diretoria Executiva.

Artigo 9° - Compete à Assembleia Geral:

- I - Eleger a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário;
- II - Destituir Administradores;
- III - Alterar os Estatutos Sociais (condições do artigo 22);
- IV - Decidir sobre a extinção da Associação (conforme artigo 23);
- V - decidir sobre as conveniências de alienar, transigir, hipotecar, permutar ou onerar os bens patrimoniais;
- VI - Deliberar sobre os assuntos que pela Diretoria Executiva lhe forem submetidos aqueles para os quais tiver sido convocada;
- VII - Resolver os recursos que lhe forem apresentados.

CAPÍTULO V **CONSELHO FISCAL**

Artigo 10° - O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) associados, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição, coincidente com o mandato da Diretoria Executiva.

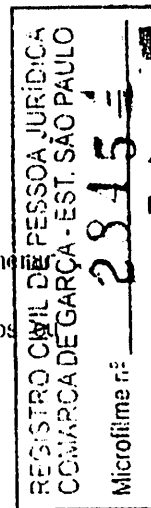
Parágrafo 1° - O Conselho Fiscal reunir-se-á uma vez por ano, ou quando for convocado pela Assembleia Geral ou quando se fizer necessário;

Parágrafo 2° - Os membros do Conselho Fiscal não poderão exercer outro cargo na Associação.

Artigo 11° - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Examinar livros de escrituração da AAVN;
- II - Examinar os balancetes da tesouraria e opinar;

Ana Maria Manceira da
Silva Barbosa Lima
OAB/SP- 137.536



- III - Examinar o balanço e o relatório anual, demonstrações financeiras, apresentando um relatório e parecer;
- IV - Propor medidas saneadoras.

CAPÍTULO VI
DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 12° - A Diretoria Executiva é assim constituída: Presidente, Vice-Presidente, 1° Tesoureiro, 2° tesoureiro, 3° tesoureiro, 1° Secretário, 2° Secretário, 3° secretário, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos.

Artigo 13° - A Diretoria Executiva compete:

- a) Administrar a AAVN buscando sempre atingir os seus altos objetivos;
- b) Organizar o Regimento Interno;
- c) Receber as fichas de inscrição de interessados a associados, devidamente preenchidas na Secretaria da AAVN, e uma vez aprovada, o interessado terá seu nome lançado no livro de Registro de Associados.
- d) Reunir-se no menos uma vez por mês, para tratar dos assuntos da sua competência;
- e) Criar Departamentos Assistenciais: Social, Artístico, Cultural, Lazer, esportivo, Saúde.
 - e.1) Social - promover campanhas e eventos que venham a garantir o atendimento a todas as necessidades;
 - e.2) Artístico - Possibilitar a participação das crianças em eventos de caráter artístico tais como: teatro, dança, música, desenho, pintura, artesanato, de acordo com os interesses de cada um, em conjunto com a comunidade;
 - e.3) Cultural - Promover a participação em eventos de caráter educacional, informativo, profissional, com palestras, cursos, exposições, excursões e gincanas;
 - e.4) Lazer - promover atividades de lazer, tais como: excursões, festas, participações em eventos da comunidade;
 - e.5) Esportivo - Possibilitar a participação em atividades de: educação física, natação, atletismo.
 - e.6) Saúde - Assistir aos internos no que se refere a saúde, ou seu tratamento, cirurgias ou encaminhamentos, e promovendo campanhas que envolvam a comunidade.

Artigo 14° - Ao Presidente compete:

- a) representar a Associação, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente;
- b) Firmar juntamente com 1° Tesoureiro os documentos e papéis que se prendam a vida financeira da Associação;
- c) Abrir, encerrar, rubricar livros da Associação;
- d) Fazer cumprir o presente Estatuto Social e o regimento Interno.

Artigo 15° - Ao 1° Tesoureiro compete:

- a) Abrir e movimentar contas correntes bancárias em nome da AAVN, assinando contratos, cheques, requisição de talões de cheques, sempre em conjunto com o Presidente.
- b) Manter todas as contas da AAVN devidamente estruturadas, controlando toda a movimentação financeira.
- c) Apresentar mensalmente, ou quando lhe for solicitado, balancete da movimentação econômico-financeira da AAVN.

Ana Maria Manceira da
Silva Barbosa Lima
OAB/SP 137.536

REG. DE TÍT. E DOCUMENTOS
FIS. 2815
2815

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE GARÇA - EST. SÃO PAULO
2815
Microfilme nº

d) Manter sob sua responsabilidade, os Livros que registrem toda a movimentação econômico-financeira da AAVN, disponibilizando-os a quem possa solicitar com tempo hábil.

Artigo 16° - Ao 1º Secretário compete:

- a) Secretariar todas as Assembleias Gerais da AAVN, lavrando, a respectiva ata em livro próprio;
- b) Emitir e recepcionar todas as correspondências da AAVN;
- c) Manter organizada em arquivo, toda a documentação da AAVN, inclusive imobiliária;
- d) Redigir relatórios da Diretoria Executiva;
- e) Assinar com o Presidente os papéis que lhe forem peculiares.

Artigo 17° - Ao Vice-Presidente, ao 2º tesoureiro e 3º tesoureiro, e ao 2º Secretário e 3º Secretário, compete substituir o Presidente, o Tesoureiro e o Secretário, respectivamente, nos seus impedimentos com as atribuições peculiares a cada um.

CAPÍTULO VII ASSOCIADOS, DEVERES E DIREITOS

Artigo 18° - A Associação é constituída por número ilimitado de associados, admitidos por preenchimento de ficha cadastral na Secretaria da AAVN, sujeitando-se ao pagamento de mensalidade, nunca inferior a 1% (um por cento) do salário mínimo.

Parágrafo 1° - Ao associado quando em pleno gozo de seus direitos, é assegurado:

- a) Recorrer, dentro de dez dias, para a Diretoria, conforme o caso, das penalidades que lhe forem impostas, ou dos atos que entender lesivos aos seus direitos;
- b) Propor a admissão de associados;
- c) Comparecer as Assembleias Gerais;
- d) Votar e ser votado, para cargos do Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Conselho Comunitário;
- e) Requerer à Diretoria Executiva, convocação de Assembleia Geral Extraordinária justificando convenientemente o seu pedido;
- f) Participar das diferentes comissões técnicas de estudos e trabalhos que se fizerem necessárias, quando organizados pela Associação;
- g) Pedir sua Demissão;
- h) frequentar a sede social;
- i) Ser associado ativo, considerado assim quando cumprir os deveres do Artigo 18;

Parágrafo 2° - Ao Conselho Comunitário, composto por dois (02) membros, eleitos juntamente com a Diretoria Executiva, responde pela programação, divulgação e contatos sociais externos.

Artigo 19° - São deveres dos associados:

- a) Cumprir este Estatuto e o Regimento Interno, bem como as decisões da Diretoria Executiva;
- b) Acatar as ordens e decisões do Presidente da Diretoria Executiva e demais Diretores;
- c) Manter em dia suas contribuições mensais para com a Associação;
- d) Contribuir para que a Associação realize as suas finalidades e seu desenvolvimento;

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE CARCÁ - EST. SÃO PAULO

Microfilme nº 2845-549

Alteração nº Ref. nº

Ana Maria Manceira da
Silva Barbosa Lima
OAB/SP- 137.536

[Handwritten signatures and marks]

- e) Aceitar e desempenhar cargos ou comissões para que for eleito, nomeado ou designado, salvo justo motivo;
- f) Oficiar a Diretoria Executiva, quando não queira continuar fazer parte do quadro social, devendo para isto estar em dia com suas mensalidades e obrigações junto à Associação.
- g) Prestigiar a Associação e zelar pela boa disciplina de seus associados.



CAPÍTULO VIII DA ADMISSÃO E DEMISSÃO DE ASSOCIADOS

Artigo 20º - A admissão de associados contribuinte se fará mediante proposta assinada por um associado e pelo candidato, devendo constar o nome do proposto, idade, nacionalidade, profissão e residência, bem como qualquer outro pormenor que na ocasião seja julgado necessário e em conformidade com o artigo 18 deste Estatuto.

Artigo 21º - Apresentada a proposta, com os requisitos exigidos, decidirá a Diretoria Executiva sobre a sua aceitação ou não.

Parágrafo 1º - Os motivos de recusa constituem assunto reservado à Diretoria Executiva;

Parágrafo 2º - Aprovada a proposta, a Secretaria da AAVN, no prazo de 8 dias(oito) dias, oficiará ao novo associado, comunicando a sua admissão e remetendo-lhe em exemplar deste Estatuto;

Parágrafo 3º - O candidato recusado poderá interpor recurso à Diretoria Executiva, dando a solução final.

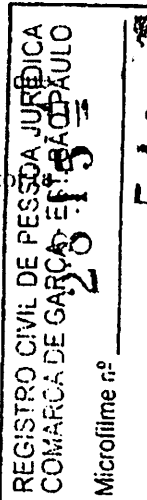
Artigo 22º - A demissão do associado deve ser solicitada por escrito à Diretoria Executiva, devendo o associado estar quite com os seus deveres.

Parágrafo 1º - É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

CAPÍTULO IX DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

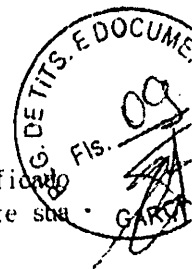
Artigo 23º - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I. Violação do estatuto social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das Assembleias Gerais;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VI. Falta de pagamento, por parte dos "associados contribuintes", de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.



Adm Maria Manceira da
Silva Barbosa Lima
OAB/SP 137.500

[Handwritten signatures and initials]



Parágrafo Primeiro - Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

Parágrafo Segundo - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

Parágrafo Terceiro - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

Parágrafo Quarto - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

Parágrafo Quinto - O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

CAPÍTULO X DA APLICAÇÃO DAS PENAS

Artigo 24º As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:
I. Advertência por escrito;
II. Suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
III. Eliminação do quadro social.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 25º - O presente Estatuto será reformado no todo, ou em parte ou em qualquer tempo, através da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esta finalidade pela Diretoria Executiva, ou pela maioria absoluta de seus associados.

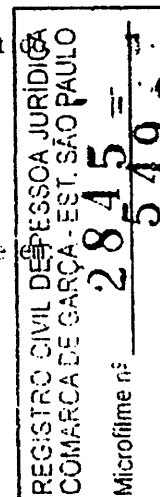
Artigo 26º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, por quaisquer obrigações sociais.

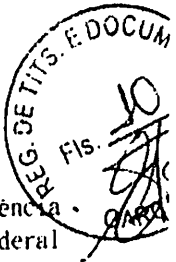
Artigo 27º - Os Estatutos poderão ser alterados quando não atenderem as necessidades sociais, por proposta da Diretoria Executiva, com indicação dos pontos a que se referir a alteração.

Parágrafo único - A alteração dos Estatutos será submetida à discussão e aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, que, para votá-la, deverá funcionar, em primeira chamada, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados, ou, em segunda chamada, após trinta minutos, com o número mínimo de 07 (sete) associados quites.

Artigo 28º - Em caso de Dissolução, a AAVN destinará o seu eventual patrimônio remanescente a associações congêneres, de fins não econômicos, dotadas de personalidade jurídica, com sede e atividades preponderantes no estado de São Paulo, preferencialmente

Ana Maria Manceira da
Silva Barbosa Lima
OAB/SP- 137.530





no município de Garça - São Paulo, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ou, inexistindo, a uma entidade pública municipal, estadual ou federal de fins idênticos ou semelhantes.

Parágrafo 1º - A Dissolução da AAVN será submetida a deliberação e aprovação da Assembleia geral, que para votá-la, deverá funcionar, em primeira chamada, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados, ou, em segunda chamada, com o número mínimo de 21 (vinte e um) associados quites.

Parágrafo 2º - Não existindo no município, no estado, no distrito federal ou território, em que a AAVN tem sede, instituição nas condições indicadas nesse artigo, o que remanescer de seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

Artigo 29º - O presente Estatuto, aprovado pela Assembleia Geral, entrará em vigor a partir desta data, e do respectivo registro, no Registro Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Garça (SP).

Garça (SP), 18 de novembro de 2014.

Presidente

Nivaldo Pereira de Macedo

CPF 798.322.458-34 RG 9.931.157

Secretaria

Rosângela Aparecida Martin Xavier

CPF Nº 128.984.548-42 RG Nº 19.991.304 - 3

Ana Maria Manceira da
Silva Barbosa Lima

048/SP-127.630
REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE GARÇA - EST. SÃO PAULO
2845
Microfilme nº
Alteração ref. Reg. nº 549

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE GARÇA - SP
Caroline Helena Sartori Gollardi - Tabelião
Rua Minas Gerais 185, Centro - Garça - SP - CEP 17.400-000 - Fone/Fax: (14) 3011-0303

Reconheço por escritura pública a assinatura de:
NIVALDO PEREIRA DE MACEDO
documento SEM VALOR ECONOMICO e Ass. P. Em Test. de veridade
GARÇA, 17 de dezembro de 2014

JULIA FOGACA GONCALVES - ESCRIVENTE
944,50 R\$

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
JURÍDICAS DE GARÇA - SP

Protocolo: 2.845 Recibo/Cert.
MF.2.845/RL13-G242/2014
Esc.: 98,40, Est.: 23,09, CP: 20,78, R.C.: 5,14;
T.J.: 5,14; Desp.: 0,00
22/12/2014 TOTAL: 157,49

Oficial de Registro de Imóveis e
Anexos - Comarca de Garça - SP

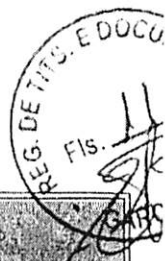
ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIVA NOVA
FLOREZACAVARGO RICARDO MARTINS
Escritório Autônomo



ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA

Rua Maria Izabel, 48 - Garça - São Paulo - CEP 17400-000 - CNPJ Nº 08.580.463 - 0001 - 10
Reconhecida de Utilidade Pública Lei nº 4.479 - Fone 14 - 34711434

Projeto "Infância, Vida Para o Futuro"



LISTA DE PRESENÇA DA "ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA" DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO COMUNITÁRIO DA AAVN, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2014, À RUA MARIA IZABEL, 48 - GARÇA.

Nomes dos associados	Assinatura
1. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
2. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
3. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
4. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
5. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
6. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
7. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
8. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
9. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
10. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
11. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
12. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
13. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
14. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
15. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
16. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
17. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
18. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
19. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
20. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
21. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
22. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
23. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
24. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
25. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
26. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
27. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
28. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
29. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
30. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
31. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
32. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
33. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
34. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]
35. [Handwritten Name]	[Handwritten Signature]

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE GARÇA - EST. SÃO PAULO

Microfilme nº

2845



36.	Marcelo	
37.	Renan	
38.	Roberto	
39.	Roberto	
40.	Roberto	
41.	Roberto	
42.	Roberto	
43.		
44.		
45.		
46.		
47.		
48.		
49.		
50.		
51.		
52.		

Garça (SP), 18 de novembro de 2014

Presidente

Nivaldo Pereira de Macedo
CPF 798.322.458-34
RG 9.931.157

Secretária

Rosângela Ap. Maria Xavier
RG Nº 19.991.304 - 3 SSP/SP
CPF Nº 128.984.548-42

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA COMARCA DE GARÇA - EST. SÃO PAULO	
Microfilme nº	2845
Alteração ref. Reg. nº	549

Associação assistencial Vida Nova

INFÂNCIA, VIDA PARA O FUTURO

ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA

Rua Maria Izabel, 48 - Garça - São Paulo - CEP 17400-000 - CNPJ Nº 08.560.463 - 0001 - 10
Reconhecida de Utilidade Pública Lei nº 4.479 - Fone 14 - 3471.1434

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REG. DE TÍT. E DOC. 12

A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA , CNPJ. 08.560.463/0001-10, aqui representado por seu presidente, vem através deste, convocar a todos os associados para reunir-se em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada no dia 18 de novembro de 2014 as 19:30 horas, no endereço acima citado, para tratar dos seguintes assuntos:

- ALTERAÇÃO do atual Estatuto da Associação;
- ELEIÇÃO E POSSE dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitario;
- DEMAIS INTERESSES da AAVN.

Garça (SP), 18 de novembro de 2014

Presidente

Nivaldo Pereira de Macedo
CPF 798.322.458-34
RG 9.931.157

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE GARÇA - EST. SÃO PAULO

Microfilme nº 2845

Alteração ref. Reg. nº 549



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA DE GARÇA -

CNPJ: 49.887.383/0001-50

AV. DR. RAFAEL PAES DE BARROS, 222 Fone: (014) 3406-2000

BEL. PAULO ANTONIO IGNACIO DA SILVA - OFICIAL

**CERTIDÃO DE ATOS PRATICADOS - PROTOCOLO Nº 2845**

CERTIFICA que o presente título, protocolado sob número 2.845 em 22/12/2014, deu origem ao(s) seguinte(s) ato(s) nesta Serventia:

ATO

Valor Base	Oficial	Estado	Carteira	Reg. Civil	Tribunal	TOTAL
MF. 2.845/RL13-G242/2014						
1	R\$ 62,94	R\$ 17,89	R\$ 13,25	R\$ 3,31	R\$ 3,31	R\$ 100,70
PAGINAS ACRESCER						
1	R\$ 31,12	R\$ 8,96	R\$ 6,56	R\$ 1,60	R\$ 1,60	R\$ 49,74
Microfilmagem						
1	R\$ 4,34	R\$ 1,24	R\$ 0,91	R\$ 0,23	R\$ 0,23	R\$ 6,95

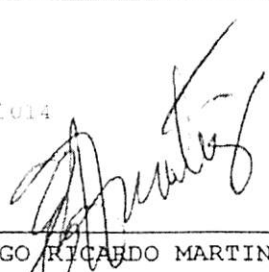
Os valores devidos ao Estado e a Carteira de Previdência foram pagos por verba conforme guia arquivada em cartório.

Tabela e valores vigentes na data da prenotação.

COTA	Oficial	Estado	Carteira	Reg. Civil	Tribunal	TOTAL
MFESP 14,512	R\$ 99,40	R\$ 28,00	R\$ 20,72	R\$ 5,14	R\$ 5,14	R\$ 158,40

Obs.:

GARÇA, 22 de dezembro de 2014


ELOIZA CAMARGO RICARDO MARTINS
ESCREVENTE AUTORIZADA

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE GARÇA - EST. SÃO PAULO
Microfilme nº 2845

540

61
114

**ILMO. SR. OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE GARÇA – SÃO PAULO**

Nivaldo Pereira de Macedo, brasileiro, casado, farmacêutico, portador do RG 9.931.157 e CPF 798.322.458 – 34, residente a rua Antenor Lara Campos, nº 926, na cidade de Garça, Estado de São Paulo, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Senhoria solicitar o devido Registro da Ata de Assembléia Geral de Fundação e Estatuto da Associação Assistencial Vida Nova, com endereço na Rua Maria Izabel, 48, nesta cidade de Garça/SP.

Seguem os referidos documentos em três vias devidamente assinados pelos membros e com firmas reconhecidas tudo na conformidade legal.

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de NIVALDO PEREIRA DE
MACEDO, do que dou fe. Em test. da verdade. 7597/22-4

Garça, 26/08/2006
R\$ 2,60

MARIA LUIZA B. PEREIRA

0330AA028575F1SV

FIRMA

0330AA028575

Nivaldo Pereira de Macedo
Nivaldo Pereira de Macedo

Pastor – Presidente

RG 9.931.157 – SSP/SP

CPF 798.322.458-34

Garça, 03 de agosto de 2006.

[Handwritten signature]
Tab. de Notas e Propriedades
Lavras e Lavras de Garça

[Handwritten signature]
Associação Jurídica
(11) 3333-3333

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2006, na rua Maria Izabel, 48, na cidade de Garça, Estado de São Paulo, reuniram-se em assembléia geral de constituição de uma Entidade de Assistência Social as pessoas relacionadas na nominata em anexo. Foi aclamado para presidir os trabalhos o senhor Nivaldo Pereira de Macedo que de imediato assumiu e convidou a senhora Rosângela Aparecida Martins Xavier para secretariar, iniciando os trabalhos, o senhor Presidente solicitou que fosse lida a ordem do dia a ser debatida na assembléia geral, que era a seguinte: a) fundação definitiva da sociedade; b) discussão e aprovação do estatuto social; c) eleição da Diretoria Executiva; d) Eleição do Conselho Fiscal. Dando continuidade, o sr. Presidente declarou fundada a **Entidade de Assistência Social "Associação Assitencial Vida Nova"**, e solicitou que fosse lido o estatuto social e debatido capítulo por capítulo. Encerrados os debates, o estatuto social foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. A seguir, procedeu-se à eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário para o período de dois anos e da Diretoria, cuja escolha, por aclamação, recaiu sobre os seguintes associados: Diretoria, Presidente Nivaldo Pereira de Macedo; Vice-Presidente Luiza Estela Pires Xavier; 1ª Secretária Rosângela Aparecida Martins Xavier, 2ª Secretária Elaine Xavier de Macedo, 3ª Secretária Márcia Regina Barbosa de Moura; 1º Tesoureiro Silas Humberto de Moura, 2º Tesoureiro Jorge Yokio Taniguti; 3º Tesoureiro Halicia Xavier de Macedo; Conselho Fiscal: Reinaldo Xavier, Antônio Carlos Moreno Júnior, Rafael Rodrigo Silva de Oliveira, Eduardo Aparecido de Almeida; Conselho Comunitário: Nilva do Carmo Saccá de Almeida, Ivone Laurindo, Ana Lúcia Leão. Os eleitos foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Foi colocada pelo sr. Presidente a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso; como ninguém se pronunciou, e nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente encerrou a presente assembléia geral e de fundação e solicitou a mim, secretária, que lavrasse a presente ata que vai por mim e pelo Presidente devidamente assinada.

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de, NIVALDO PEREIRA DE
MACEBO, do que dou fe. Em test. da verdade. 7599/190-3
GARÇA, 26/09/2006
R\$ 2,60

MARIA LUIZA G. PERES

0330AA0281781SV

GARÇA/SP

0330AA028577

Nivaldo Pereira de Macedo
Presidente

Rosângela Aparecida Martins Xavier
1ª Secretária

T. de Maria de Mattos
Assessor Jurídico
GARÇA/SP 66.561

QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ENTIDADE ASSISTENCIAL
MANDATO DE 2006 ATÉ 12/02/2008

PRESIDENTE

NIVALDO PEREIRA DE MACEDO
RUA ANTENOR LARA CAMPOS, 926 - GARÇA/SP
RG Nº 9.931.157 - SSP/SP
CPF Nº 798.322.458 - 34
ESTADO CIVIL: CASADO
PROFISSÃO: FARMACÊUTICO

03
JUL

VICE-PRESIDENTE

NOME: LUIZA ESTELA PIRES XAVIER
RUA - JOSÉ ROSÁRIO, 553 - GARÇA/SP
RG Nº 5.218.530 - SSP/SP
CPF Nº 127.324.428 - 10
ESTADO CIVIL: VIÚVA
PROFISSÃO: APOSENTADA

1ª SECRETÁRIA


NOME: ROSÂNGELA APARECIDA MARTINS XAVIER
RUA JOSÉ ROSÁRIO, 553 - GARÇA/SP
RG Nº 19.991.304 - SSP/SP
CPF Nº 128.984.548-42
ESTADO CIVIL: CASADA
PROFISSÃO: MONTADORA

2ª SECRETÁRIA

NOME: ELAINE XAVIER DE MACEDO
RUA ANTENOR LARA CAMPOS, 926 - GARÇA/SP
RG Nº 34.979.504-06 - SSP/SP
CPF Nº 074.820.528 - 44
ESTADO CIVIL: CASADA
PROFISSÃO: PROFESSORA

3ª SECRETÁRIA

NOME: MÁRCIA REGINA BARBOSA DE MOURA
RUA JACARANDÁ, 282 - GARÇA/SP
RG Nº 22.831.724-01 - SSP/SP
CPF Nº 120.063.768 - 29
ESTADO CIVIL: CASADA
PROFISSÃO: ALMOXARIFE


Marcos Marini
Assessor Jurídico
OAB/SP 66.561

di
~~gild~~

2º TESOUREIRO

3º TESOUREIRO

CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL

NOME: RAFAEL RODRIGO SILVA DE OLIVEIRA
RUA FAZENDA IMACULADA CONCEIÇÃO- GARÇA/SP
RG Nº 44.945.429 - 0- SSP/SP
CPF Nº 379.445.818 - 42
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO
PROFISSÃO: UNIVERSITÁRIO

The Marcos Martin
Assessor Judicial
OAB/SP 88.561

CONSELHO FISCAL

NOME: ANTÔNIO CARLOS MORENO JÚNIOR

RUA: RUA PAULO FREITAS, 88

RG Nº 34.979.640 - 3 - SSP/SP

CPF Nº 308.164.178 - 06

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

PROFISSÃO: AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

05
JUN

CONSELHO FISCAL

NOME: EDUARDO APARECIDO DE ALMEIDA

RUA RUA PAULO FREITAS, 48- GARÇA/SP

RG Nº 17.916.424 - 16 - SSP/SP

CPF Nº 064.282.118 - 66

ESTADO CIVIL: CASADO

PROFISSÃO: EMPRESÁRIO

CONSELHO COMUNITÁRIO

NOME: ANA LÚCIA LEÃO

RUA DA ESTAÇÃO, 200 - GARÇA/SP

RG Nº - 5.34.33 - SSP/SP

CPF Nº 190.909.148 - 03

ESTADO CIVIL: SOLTEIRA

PROFISSÃO: EMPRESÁRIA

CONSELHO COMUNITÁRIO

NOME: IVONE LAURINDO - GARÇA/SP

NOME: EGÍDIO ORTIS PLÁ, 144 - GARÇA/SP

RG Nº 35.503.666 -06- SSP/SP

CPF Nº 161.871.198 - 94

ESTADO CIVIL: SOLTEIRA

PROFISSÃO: APOSENTADA

CONSELHO COMUNITÁRIO

NOME: NILVA SACCÁ DE ALMEIDA

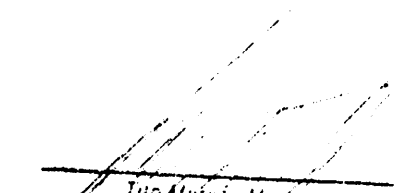
RUA PAULO FREITAS, 48 - GARÇA/SP

RG Nº 23.015.184 - X - SSP/SP

CPF Nº 096.363.458 - 56

ESTADO CIVIL: CASADA

PROFISSÃO: EMPRESÁRIA


Tito Marcos Marini
Assessor Jurídico
OAB/SP 88.961

NOMINATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ENTIDADE DE ASSISTENCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2006, NA RUA MARIA IZABEL, 48 - GARÇA/SP

NOME LEGÍVEL	ASSINATURA
1. Beatriz Tavares de Mendonça	Beatriz Tavares de Mendonça
2. Maria Elvira Barbosa de Moura	Maria Elvira Barbosa de Moura
3. Luciana Barbosa de Moura	Luciana Barbosa de Moura
4. Shirla Nery da Prada	Shirla Nery da Prada
5. Luciana de Jesus de Jesus	Luciana de Jesus de Jesus
6. Eduardo de Jesus de Jesus	Eduardo de Jesus de Jesus
7. Nilza de Carmo Lacerda de Almeida	Nilza de Carmo Lacerda de Almeida
8. Jovany Lacerda de Almeida	Jovany Lacerda de Almeida
9. ANTONIO CARLOS MORENO SILVA	Antonio Carlos Moreno Silva
10. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
11. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
12. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
13. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
14. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
15. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
16. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
17. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
18. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
19. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
20. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
21. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
22. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
23. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
24. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
25. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
26. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
27. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
28. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
29. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
30. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
31. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
32. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
33. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
34. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
35. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
36. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
37. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
38. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
39. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
40. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
41. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
42. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier
43. Ruy Estela Pires Xavier	Ruy Estela Pires Xavier

que passarão a recolher tributos e contribuições sociais, como as previdenciárias. Além disso, a informalidade representa concorrência desleal com os restaurantes, lanchonetes e congêneres estabelecidos em nosso Município.

Destarte, uma atividade econômica que tem gerado muitos empregos, não pode continuar a carecer de uma regulamentação do poder público municipal. Assim sendo, serve o presente para apresentar o incluso Projeto de Lei com o objetivo de determinar que o poder público resguarde e regularize o comércio do "Food Truck", "Food Bike" e "Food Cart", por meio de normas técnicas, visando a preservação da segurança e da fluidez do trânsito, do conforto dos consumidores, da defesa ambiental e da saúde pública.

Assim, por se tratar de matéria de relevante interesse do Município, solicitamos especial atenção dos Nobres Edis para sua aprovação, bem como a tramitação do Projeto de Lei em regime de urgência, nos termos do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal.

Aproveitamos a oportunidade para renovarmos nossos protestos de elevado apreço.

Atenciosamente,

JOSÉ ALCIDES FANECO
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS
Presidente da Câmara Municipal de Garça
NESTA

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº CM 081/2016

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA À ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA

A Câmara Municipal aprova a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, conforme previsão contida na Lei Orgânica do Município, a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel abaixo descrito e caracterizado, a ser desmembrado da Matrícula nº 23.318 do CRI local, à Associação Assistencial Vida Nova, inscrita no CNPJ nº 08.560.463/0001-10, para o desenvolvimento de atividades assistenciais, educacionais e outras de cunho filantrópico, inclusive para eventuais edificações no respectivo imóvel para tal finalidade.

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

Matrícula nº 23.318 do CRI local
Área a desmembrar de 2.586,32 m²
Localização: Conjunto Habitacional Jardim Morada do Sol

ROTEIRO

"Começa em um ponto localizado no alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, distante de 9,12 metros do cruzamento dos alinhamentos da Rua Ludovico Álvaro Ferrari com a Rua Joel Renério Minho; daí, segue pelo alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, no sentido retorno, na distância de 43,26 metros, daí, deflete à direita e segue pelo referido alinhamento, no sentido retorno, em curva com raio de 9,00 metros na distância de 14,07 metros atingindo o alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdemian; daí, segue pelo alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdemian na distância de 41,96 metros; daí, deflete à direita e segue na distância de 49,87 metros confrontando com a área remanescente da matrícula 23.318; daí, deflete à direita e segue na distância de 51,34 metros confrontando com a área remanescente da matrícula 23.318, atingindo o alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, ponto onde teve início, perfazendo uma área territorial de 2.586,32 metros."

Art. 2º A concessão de uso do imóvel será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e a título gratuito, nos termos dos artigos 178 e 179 da Lei Orgânica do Município, dispensada a licitação em face do interesse público existente.

Art. 3º A Concessionária não poderá ceder ou gravar com ônus de qualquer espécie o imóvel objeto e que trata esta Lei.

Art. 4º Deverá constar do contrato de concessão de uso do imóvel as seguintes obrigações à Concessionária:

- I. Iniciar a utilização da área e/ou construção do imóvel, com a finalidade no artigo 1º desta Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei;
- II. Utilizar o imóvel somente para a realização de atividades descritas no artigo 1º desta Lei;
- III. Arcar com todas as despesas necessárias à construção do prédio, bem como sua manutenção;
- IV. Responder por atos dolosos ou culposos, praticados contra o Concedente, usuários ou terceiros, arcando com a integral reparação de eventuais danos que venham ocorrer durante a vigência da concessão de direito real de uso do imóvel.

Art. 5º Em caso de rescisão da concessão, encerramento das atividades da Concessionária, ou mudança de sua finalidade, o imóvel, com todas as benfeitorias nele incorporadas, reverterão para o patrimônio do Município.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça, 24 de novembro de 2016.

JOSÉ ALCIDES FANECO
PREFEITO MUNICIPAL

Ofício n.º 852/2016

Garça, 24 de novembro de 2016.

Ref.: Encaminha Projeto de Lei Municipal n.º 061/2016

Senhor Presidente,

Encaminhamos para apreciação e deliberação dessa Casa, o incluso Projeto de Lei n.º 061/2016, através do qual estamos solicitando autorização legislativa para a outorga de concessão de uso, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, do imóvel a ser desmembrado da Matrícula n.º 23.318 do CRI local, à Associação Assistencial Vida Nova, inscrita no CNPJ n.º 08.560.463/0001-10, para o desenvolvimento de atividades assistenciais, educacionais e outras de cunho filantrópico, inclusive para eventuais edificações no respectivo imóvel para tal finalidade.

Desta forma, solicitamos atenção especial dos nobres Vereadores para aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, bem como que a sua tramitação se dê em **regime de urgência**, nos termos do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente.

JOSÉ ALCIDES FANECO
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS
Presidente da Câmara Municipal de Garça
NESTA



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PROJETO DE LEI CM Nº. 81/2016. PARECER Nº. 104/2016.

Relatório

De autoria do Prefeito Municipal, o Projeto de Lei nº. 81/2016, solicitando autorização legislativa para a concessão de direito real de uso do imóvel que especifica à Associação Assistencial Vida Nova.

Tal proposição veio a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em obediência ao Regimento Interno da Câmara da Casa, para a análise de seus aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa.

É o relatório.

Voto do Relator

A matéria encontra-se dentro das atribuições do Município “dispor sobre concessão, permissão e autorização dos serviços públicos locais” (art. 8, XVIII, LOM) e “conceder licença ou autorização para abertura e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, conforme a lei de zoneamento” (art. 8. XXV, LOM).

Analisadas as condicionantes legais, jurídicas e constitucionais não foi verificado nenhum problema que impeça a tramitação do Projeto nesta Casa.

Nada a opor.

É o Parecer.


Paulo André Faneco
Relator

Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, acompanhamos seu voto pela legalidade e constitucionalidade do Projeto.

É o parecer.

S. das Comissões, 8 de dezembro de 2016.


Francisco Christóforo Júnior
Membro


Patrícia Morato Marangão
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTABILIDADE, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS**

PROJETO DE LEI Nº 81/2016 - PARECER Nº 45/2016

Relatório

Chega para análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 81/2016, por meio do qual o Prefeito Municipal solicita a autorização legislativa para a concessão de direito real de uso do imóvel que especifica à Associação Assistencial Vida Nova.

Preliminarmente, como determina o Regimento Interno da Casa, a proposta foi examinada pela douta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebendo parecer favorável.

É o relatório.

Voto do Relator

No que tange aos aspectos de competência desta Comissão a serem analisados, nada a opor.
É o Parecer.

Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, acompanhamos seu voto.

É o parecer.

S. Comissões, 8 de dezembro de 2016.

Eli da Eligás
Relator

Aprovado na reunião da Comissão de Orçamento, Finanças, Contabilidade, Obras e Serviços Públicos, realizada nesta data.

Júlio Marcondes de Moura Filho
Membro

Sebastião T. Galego
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
PROJETO DE LEI Nº 81/2016 – PARECER Nº 16/2016

Relatório

O Projeto de Lei nº 81/2016, de autoria do Prefeito Municipal, respeitado o previsto no Regimento Interno da Casa, chega para apreciação desta Comissão.

O Projeto visa autorizar a concessão de direito real de uso do imóvel que especifica à Associação Assistencial Vida Nova.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestou parecer pela legalidade e constitucionalidade da matéria

É o relatório.

Voto do Relator

De acordo com a justificativa do Projeto, a Associação Assistencial Vida Nova, solicita a concessão de uso, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, do imóvel a ser desmembrado da Matrícula nº 23.318 do CRI local, para o desenvolvimento de atividades assistenciais, educacionais e outras de cunho filantrópico, inclusive para eventuais edificações no respectivo imóvel para tal finalidade.

No mérito, o projeto merece prosperar pois a entidade oferece serviços assistenciais à população.

Pela aprovação.

É o parecer.

S. das Comissões, 8 de dezembro de 2016.

Valdemar Zimiani
Relator

Conclusão da Comissão

Opinamos em concordância ao exarado pelo relator.
É o Parecer.

Luizinho Barbeiro
Membro

Antônio Franco dos Santos "Bacana"
Membro



Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

Rua Barão do Rio Branco nº 131 – Centro – Cep 17400-000

Fones: (14) 3471.0950 / 3471.1308 – Fax: (14) 3471.0950

Home Page: www.cmgarca.sp.gov.br - E-mail: camara@cmgarca.sp.gov.br

VOTAÇÃO NOMINAL

Projeto de Lei nº 81/2016, conforme dispõe o artigo 249, parágrafo
do inciso do Regimento Interno, foi submetido(a) à única VOTAÇÃO NOMINAL na 44ª Sessão
Ordinária, realizada em 12 de Dezembro de 2016 obtendo-se o resultado seguinte:

VOTAÇÃO GLOBAL

VOTAÇÃO ARTIGO P/ ARTIGO

VEREADOR	SIM	NÃO	SIM/NÃO	SIM/NÃO	SIM/NÃO	SIM/NÃO
1. Ademar Salvador	()	()	()	()	()	()
2. Antônio Franco dos Santos "Bacana"	()	()	()	()	()	()
3. Eli da Eligás	()	()	()	()	()	()
4. Francisco Christóforo Júnior	()	()	()	()	()	()
5. José Ap. da Silva "Zelito"	()	()	()	()	()	()
6. Júlio Marcondes de Moura Filho	()	()	()	()	()	()
7. Luizinho Barbeiro	()	()	()	()	()	()
8. Patrícia Morato Marangão	()	()	()	()	()	()
9. Paulo André Faneco	()	()	()	()	()	()
10. Sebastião Toldato Galego	()	()	()	()	()	()
11. Valdemar Zimiani	()	()	()	()	()	()
12. Vanderlei Ferreira	()	()	()	()	()	()
13. ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS	()	()	()	()	()	()

RESULTADO:

() REJEITADO POR () UNANIMIDADE () MAIORIA DE VOTOS () INSUFICIÊNCIA DE VOTOS

() APROVADO POR () UNANIMIDADE () MAIORIA DE VOTOS () INSUFICIÊNCIA DE VOTOS

S. Sessões, 12 de Dezembro de 2016

- Secretário -

OBSERVAÇÕES: De acordo com o artigo 52, parágrafo __, inciso __ do Regimento Interno, o quórum exigido para a aprovação desta matéria é o da () maioria absoluta / () maioria qualificada.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 0839/2016

Garça, 13 de dezembro de 2016

Senhor Prefeito:

Atendendo ao que dispõe o artigo 61, da Lei Orgânica Municipal, encaminho a Vossa Excelência, para sanção, os seguintes **Autógrafos**, resultantes da aprovação de seus respectivos projetos de lei, na 44ª Sessão Ordinária de 2016, realizada no dia 12 de dezembro de 2016.

Autógrafo nº 067/2016 (Projeto de Lei nº CM 074/2016);

Autógrafo nº 068/2016 (Projeto de Lei nº CM 050/2016);

Autógrafo nº 069/2016 (Projeto de Lei nº CM 051/2016);

Autógrafo nº 070/2016 (Projeto de Lei nº CM 081/2016 - PM 61/2016); e

Autógrafo nº 071/2016 (Projeto de Lei nº CM 069/2016 - PM 53/2016).

Respeitosamente,



Alexandre de Araújo Lamattina
DIRETOR LEGISLATIVO

Exmo. Sr.
JOSÉ ALCIDES FANECO
Prefeito Municipal de Garça
N E S T A



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

AUTÓGRAFO Nº 070/2016
PROJETO DE LEI CM Nº 081/2016

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA À ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA

A Câmara Municipal aprova a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, conforme previsão contida na Lei Orgânica do Município, a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel abaixo descrito e caracterizado, a ser desmembrado da Matrícula nº 23.318 do CRI local, à Associação Assistencial Vida Nova, inscrita no CNPJ nº 08.560.463/0001-10, para o desenvolvimento de atividades assistenciais, educacionais e outras de cunho filantrópico, inclusive para eventuais edificações no respectivo imóvel para tal finalidade.

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

Matrícula nº 23.318 do CRI local

Área a desmembrar de 2.586,32 m²

Localização: Conjunto Habitacional Jardim Morada do Sol

ROTEIRO

“Começa em um ponto localizado no alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, distante de 9,12 metros do cruzamento dos alinhamentos da Rua Ludovico Álvaro Ferrari com a Rua Joel Renério Minho; daí, segue pelo alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, no sentido retorno, na distância de 43,26 metros, daí, deflete à direita e segue pelo referido alinhamento, no sentido retorno, em curva com raio de 9,00 metros na distância de 14,07 metros atingindo o alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdeman; daí, segue pelo alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdeman na distância de 41,96 metros; daí, deflete à direita e segue na distância de 49,87 metros confrontando com a área remanescente da matrícula 23.318; daí, deflete à direita e segue na distância de 51,34 metros confrontando com a área remanescente da matrícula 23.318, atingindo o alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, ponto onde teve início, perfazendo uma área territorial de 2.586,32 metros.”

Art. 2º A concessão de uso do imóvel será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e a título gratuito, nos termos dos artigos 178 e 179 da Lei Orgânica do Município, dispensada a licitação em face do interesse público existente.

Art. 3º A Concessionária não poderá ceder ou gravar com ônus de qualquer espécie o imóvel objeto e que trata esta Lei.

Art. 4º Deverá constar do contrato de concessão de uso do imóvel as seguintes obrigações à Concessionária:



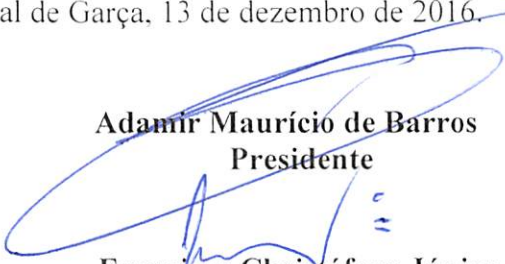
CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

- I. Iniciar a utilização da área e/ou construção do imóvel, com a finalidade no artigo 1º desta Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei;
- II. Utilizar o imóvel somente para a realização de atividades descrita no artigo 1º desta Lei;
- III. Arcar com todas as despesas necessárias à construção do prédio, bem como sua manutenção;
- IV. Responder por atos dolosos ou culposos, praticados contra o Concedente, usuários ou terceiros, arcando com a integral reparação de eventuais danos que venham ocorrer durante a vigência da concessão de direito real de uso do imóvel.

Art. 5º Em caso de rescisão da concessão, encerramento das atividades da Concessionária, ou mudança de sua finalidade, o imóvel, com todas as benfeitorias nele incorporadas, reverterão para o patrimônio do Município.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Garça, 13 de dezembro de 2016.


Adamir Maurício de Barros
Presidente


Francisco Christóforo Júnior
Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Garça, na data supra.


Alexandre de Araújo Lamattina
Diretor Legislativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

Estado de São Paulo

Câmara

LEI Nº 5.096/2016

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA À ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL VIDA NOVA

JOSÉ ALCIDES FANECO, Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, conforme previsão contida na Lei Orgânica do Município, a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel abaixo descrito e caracterizado, a ser desmembrado da Matrícula nº 23.318 do CRI local, à Associação Assistencial Vida Nova, inscrita no CNPJ nº 08.560.463/0001-10, para o desenvolvimento de atividades assistenciais, educacionais e outras de cunho filantrópico, inclusive para eventuais edificações no respectivo imóvel para tal finalidade.

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

Matrícula nº 23.318 do CRI local

Área a desmembrar de 2.586,32 m²

Localização: Conjunto Habitacional Jardim Morada do Sol

ROTEIRO

“Começa em um ponto localizado no alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, distante de 9,12 metros do cruzamento dos alinhamentos da Rua Ludovico Álvaro Ferrari com a Rua Joel Renério Minho; daí, segue pelo alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, no sentido retorno, na distância de 43,26 metros, daí, deflete à direita e segue pelo referido alinhamento, no sentido retorno, em curva com raio de 9,00 metros na distância de 14,07 metros atingindo o alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdemian; daí, segue pelo alinhamento direito da Rua Garabed Chekerdemian na distância de 41,96 metros; daí, deflete à direita e segue na distância de 49,87 metros confrontando com a área remanescente da matrícula 23.318; daí, deflete à direita e segue na distância de 51,34 metros confrontando com a área remanescente da matrícula 23.318, atingindo o alinhamento esquerdo da Rua Ludovico Álvaro Ferrari, ponto onde teve início, perfazendo uma área territorial de 2.586,32 metros.”

Art. 2º A concessão de uso do imóvel será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e a título gratuito, nos termos dos artigos 178 e 179 da Lei Orgânica do Município, dispensada a licitação em face do interesse público existente.

Art. 3º A Concessionária não poderá ceder ou gravar com ônus de qualquer espécie o imóvel objeto e que trata esta Lei.

Art. 4º Deverá constar do contrato de concessão de uso do imóvel as seguintes obrigações à Concessionária:

- I. Iniciar a utilização da área e/ou construção do imóvel, com a finalidade no artigo 1º desta Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei;
- II. Utilizar o imóvel somente para a realização de atividades descrita no artigo 1º desta Lei;
- III. Arcar com todas as despesas necessárias à construção do prédio, bem como sua manutenção;
- IV. Responder por atos dolosos ou culposos, praticados contra o Concedente, usuários ou terceiros, arcando com a integral reparação de eventuais danos que venham ocorrer durante a vigência da concessão de direito real de uso do imóvel.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

Estado de São Paulo

Art. 5º Em caso de rescisão da concessão, encerramento das atividades da Concessionária, ou mudança de sua finalidade, o imóvel, com todas as benfeitorias nele incorporadas, reverterão para o patrimônio do Município.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garça, 14 de dezembro de 2016.


JOSE ALCIDES FANECO
PREFEITO MUNICIPAL


FABRICIO TAMURA
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Registrada e publicada neste Departamento de Atos Oficiais e Documentos, na data supra.-
bc-